

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**  
**III LEGISLATURA**  
**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2007/2008)**

**1. INTRODUÇÃO**

A 3.ª Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, iniciou-se em 16 de Outubro de 2007 e terminou em 15 de Agosto de 2008, período normal de funcionamento do órgão legislativo.

A III Legislatura da Assembleia Legislativa, iniciada em 17 de Outubro de 2005 e válida por um período de quatro anos, é composta por 29 deputados (27 na Segunda Legislatura), distribuídos da seguinte forma:

Deputados eleitos por sufrágio directo: 12 (10 na II Legislatura)

Deputados eleitos por sufrágio indirecto: 10 (10 na II Legislatura)

Deputados nomeados pelo Chefe do Executivo: 7 (7 na II Legislatura)

A composição dos Órgãos e Comissões Permanentes e de Regimento e Mandatos da Assembleia Legislativa, referentes à presente sessão legislativa, consta em Anexo I ao presente Relatório de Actividades.

No Anexo I, consta também a composição das três Comissões Eventuais da Assembleia Legislativa, constituídas por Deliberações do Plenário da AL, de 5 de Janeiro de 2007, designadamente a “Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos” e a “Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas” e por Deliberação do Plenário de 30 de

Junho de 2008 no caso da “Comissão Eventual para a Análise de Iniciativas Legislativas Relativas ao Funcionalismo Público”.

A actividade da sessão legislativa de 2007/2008, cujo volume de trabalhos subiu significativamente em relação à sessão anterior, pautou-se pela diversidade da produção legislativa analisada, debatida e votada, na generalidade e na especialidade, e por uma ampla intervenção da Assembleia Legislativa no exercício de outras competências próprias, nomeadamente nas intervenções de antes da ordem do dia dos Plenários, nas interpelações por escrito ou orais sobre assuntos relativos à acção governativa e nas iniciativas dos Deputados de apresentação de projectos de lei, de resolução ou de simples deliberação do Plenário.

As Linhas de Acção Governativa para 2008 (LAG 2008) apresentadas em súmula sob a forma de Declaração proferida na Assembleia Legislativa pelo Senhor Chefe do Executivo e objecto de uma sessão subsequente de perguntas e respostas, foram posteriormente desenvolvidas pelos Senhores Secretários das respectivas áreas governativas e debatidas aprofundamente durante um total de doze sessões plenárias. De sublinhar também a presença do Senhor Chefe do Executivo em duas sessões plenárias especialmente dedicadas a perguntas e respostas dos Deputados sobre as políticas e acções governativas em execução e assuntos sociais. Acresce a intervenção da AL na apreciação e votação da proposta de “*Lei do Orçamento para 2008*” e na deliberação tomada em forma de Resolução relativa ao “*Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2006*”, apresentado pelo Governo da RAEM, bem assim como a tomada de diversas simples deliberações.

O desenvolvimento das actividades das Comissões Permanentes traduziu-se em diversos trabalhos ou pareceres sobre o processo legislativo na fase de apreciação na especialidade, sendo de salientar a presença de representantes do Executivo nas respectivas reuniões para efeitos de esclarecimento ou aperfeiçoamento dos textos legislativos. De realçar, ainda, os trabalhos de análise de petições de residentes da RAEM desenvolvidas pelas Comissões Permanentes e os trabalhos desenvolvidos no seio da Comissão de Regimento e de Mandatos e das

três Comissões Eventuais em torno de objectivos específicos e autónomos dos processos legislativos correntes de iniciativa governamental.

A natureza e os prazos dos trabalhos legislativos em curso no final da presente sessão legislativa, mereceram a aprovação de um projecto de lei pelo Plenário que antecipa o início da quarta sessão legislativa da III Legislatura para 16 de Setembro de 2008.

No âmbito das suas competências próprias de divulgação e explanação do quadro legislativo em vigor na RAEM, a Assembleia Legislativa organizou no seu Edifício, em dois períodos distintos, o seminário subordinado ao tema “Um País, dois sistemas e a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau” e as “Primeiras Jornadas de Direito e Cidadania da Assembleia Legislativa de Macau – Estado Presente e Perspectivas de Evolução”. Para além disso, e à semelhança de anos anteriores, o Edifício da AL esteve aberto ao público, no dia 12 de Julho de 2008, numa acção de sensibilização para um melhor conhecimento das funções, estrutura e modo de funcionamento do órgão legislativo da RAEM. De igual modo, foram prosseguidas as edições próprias de publicação dos trabalhos legislativos e das colectâneas de textos de conferências/seminários e de assuntos de Direito, bem assim como se deu continuidade à ampla divulgação da actividade legislativa junto da comunicação social e à prestação do serviço de atendimento ao público por parte dos deputados.

A Mesa da AL, no âmbito das suas competências, prosseguiu uma gestão criteriosa dos activos e dos recursos humanos no sentido de assegurar as melhores condições possíveis de funcionamento dos trabalhos legislativos e formulou directrizes de recrutamento de novos efectivos para fazer face ao ritmo de crescimento e complexidade acrescida da actividade legislativa em curso e prospectiva, aliás, na linha de um projecto de revisão da orgânica de funcionamento da Assembleia Legislativa que transitou em fase de consulta aos deputados para o início da próxima sessão legislativa.

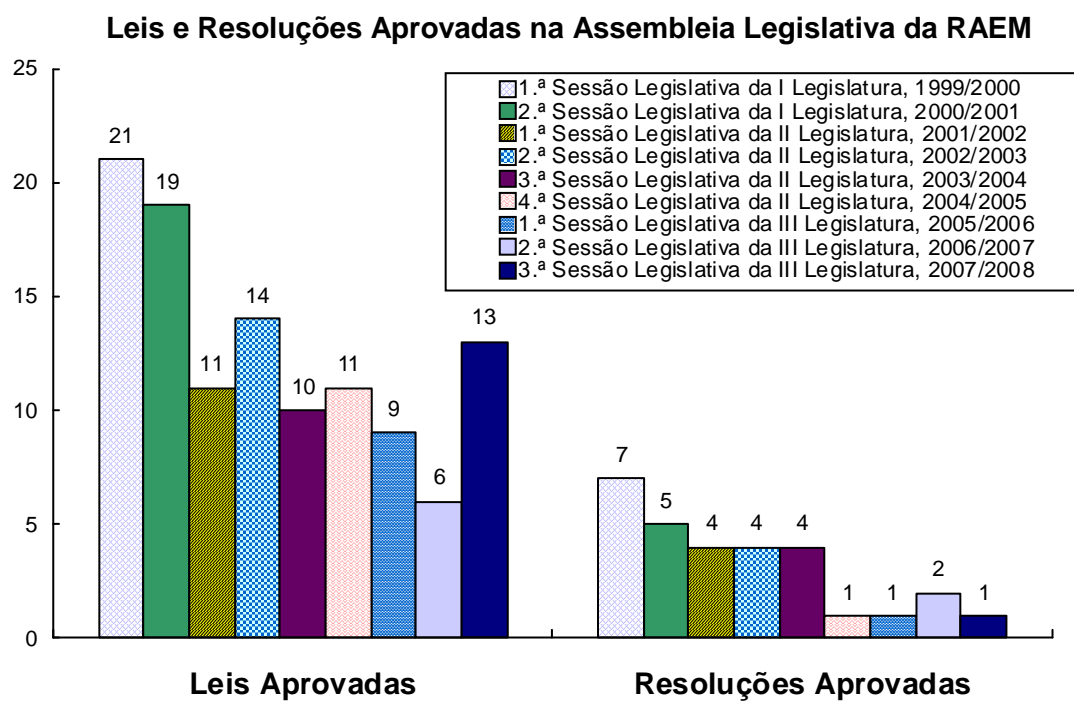
Na administração da Assembleia Legislativa continuou a privilegiar-se uma política de abertura e diálogo com o exterior, nomeadamente no que diz respeito à publicitação de responsabilidades, projectos e trabalhos da Assembleia Legislativa, política essa consumada através de diversos contactos externos com entidades ou individualidades, nomeadamente da RPC ou com individualidades do corpo diplomático sediado em Macau e Hong Kong, contactos esses desenvolvidos primordialmente pela Senhora Presidente, pelo Senhor Vice-Presidente ou por membros da Mesa da AL.

## **2. PRODUÇÃO LEGISLATIVA E OUTROS ACTOS DELIBERATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Na 3ª Sessão Legislativa da III Legislatura foram aprovadas em Plenário 13 Leis (mais 7 Leis do que na sessão legislativa anterior) e 1 Resolução (menos 1 do que na sessão legislativa anterior). Das 13 leis aprovadas na presente sessão legislativa, doze corresponderam a iniciativas legislativas do Governo da RAEM (propostas de lei) e uma a um projecto de lei para antecipar o início da sessão legislativa de 2008/2009. O projecto de lei relativo a "Alteração à Lei n.º 11/2003, de 28 de Junho" de iniciativa de dois Deputados foi rejeitado na votação na generalidade.

A acrescer a esta produção legislativa, importa registar a apresentação de 9 simples Deliberações do Plenário da AL, das quais 8 foram objecto de aprovação e uma rejeitada (proposta de audição sobre o sistema de metro ligeiro). De sublinhar que no final da presente sessão legislativa, e ao contrário de outras sessões, transitaram em fase de apreciação na Assembleia Legislativa um número considerável de leis - sete propostas de lei e dois projectos de lei - em resultado essencialmente de um maior volume de legislação produzida no segundo e terceiros trimestres e/ou de exigências acrescidas de tempo para apreciação técnica na especialidade de determinados diplomas.

Gráfico 1



A discriminação das Leis, Resoluções e simples Deliberações aprovadas, com a indicação da data de aprovação em Plenário e do respectivo número e data de publicação em Boletim Oficial, encontra-se desenvolvida nos Quadros I, II e III em Anexo II.

Em complemento de informação dos referidos quadros, encontram-se referenciados os projectos de lei, de resolução e de simples deliberação não aprovados e, também, as propostas de lei aprovadas na generalidade mas que transitaram para a sessão legislativa seguinte na fase de apreciação na especialidade, bem assim como os dois projectos de lei admitidos no período final da presente sessão legislativa, relativos à "Alteração da Lei Orgânica da Assembleia

*Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau” e “Alteração à Lei n.º 3/2000 – Da Legislatura e do Estatuto dos Deputados”.*

Na sessão legislativa de 2007/2008, para além das referidas Leis e Resoluções aprovadas, foram elaboradas e aprovadas 8 simples Deliberações em Plenário, respeitantes às seguintes matérias:

- *Orçamento Privativo da AL relativo ao ano económico de 2008;*
- *Relatório e Conta de Gerência da AL relativo ao ano económico de 2007;*
- *1.º Orçamento Suplementar da AL relativo ao ano económico de 2008;*
- *2.º Orçamento Suplementar da AL relativo ao ano económico de 2008;*
- *Processo de urgência relativamente à proposta de lei intitulada “Revisão do Orçamento de 2008”;*
- *Constituição da Comissão Eventual para a Análise de Iniciativas Legislativas Relativas ao Funcionalismo Público;*
- *Processo de urgência relativamente à proposta de lei intitulada “Alteração da Tabela anexa ao Regulamento do Imposto de Consumo”;*
- *Processo de urgência relativamente ao projecto de lei intitulado “Alteração do início da sessão legislativa”.*

Pela natureza da competência atribuída pela Lei Básica à AL, merece relevância a Resolução aprovada em Plenário referente à Apreciação do “Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2006” (Resolução n.º 1/2008). Segundo as competências consagradas no Artigo 71.º da Lei Básica, compete à AL apreciar o relatório apresentado pelo Governo sobre a execução do orçamento da RAEM. O referido relatório, que inclui informação detalhada sobre as contas públicas da

RAEM, foi apresentado conjuntamente com o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2006, da responsabilidade do Comissariado de Auditoria.

Os trabalhos legislativos referentes à sessão de 2007/2008 envolveram a realização de 42 Plenários e de 156 Reuniões das Comissões (Quadro IV em Anexo II), de que resultaram a apresentação, debate e votação favorável de 13 Leis, 1 Resolução e 8 simples Deliberações do Plenário. Relativamente à sessão legislativa anterior, apurou-se um número superior de plenários (+ 8 plenários).

Para além da realização de 24 Plenários respeitantes à apresentação, discussão e votação de propostas/projectos de leis, de resoluções ou de simples deliberações, importa registar a particularidade de, na sessão legislativa de 2007/2008, 14 Plenários terem estado relacionados com a apresentação ou a execução das Linhas de Acção Governativa para 2008 (4 dos quais envolvendo a presença do Senhor Chefe do Executivo e os restantes 10 envolvendo a presença individual de cada um dos cinco Secretários do Executivo por duas vezes) e 4 Plenários respeitaram a Interpelações orais ao Governo.

Por seu turno, a frequência de Reuniões das Comissões – num total de 156 - subiu significativamente em relação à sessão legislativa anterior (85 reuniões). O maior número de reuniões (+71) ficou a dever-se essencialmente à maior produção legislativa e/ou à maior extensão ou complexidade de alguns dos diplomas em apreciação na especialidade, bem assim como ao acréscimo de reuniões efectuadas pelas três Comissões Eventuais (relativamente ao número de reuniões efectuadas pelas duas Comissões Eventuais, constituídas na sessão legislativa anterior).

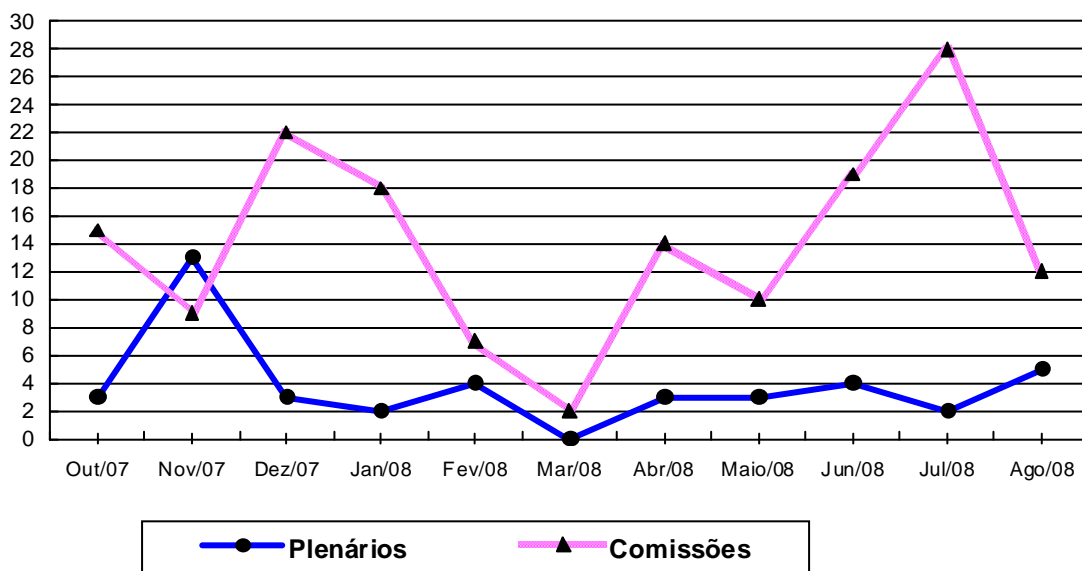
À semelhança de anos anteriores, o gráfico de registo mensal das sessões plenárias regista uma maior frequência de reuniões no período de apresentação e discussão das Linhas de Acção Governativa (Novembro de 2007), frequência esta que foi ampliada nesta sessão legislativa pelas alterações introduzidas ao horário e duração de funcionamento daquelas sessões plenárias (designadamente, as sessões plenárias das LAG com a presença de cada um dos Senhores Secretários do

Governo da RAEM passaram a decorrer em duas sessões com um limite de tempo definido e não numa só sessão sem limite de tempo, como no passado recente).

Por seu turno, as reuniões das Comissões registaram dois “picos” de frequência, no meses de Dezembro de 2007 e de Julho de 2008, devido em ambos os casos à elevada frequência registada nas reuniões efectuadas pelas Comissões Permanentes e, no segundo caso, devido também ao arranque dos trabalhos da recém constituída “Comissão Eventual para a Análise de Iniciativas Legislativas Relativas ao Funcionalismo Público”(cf. Gráfico 2).

Gráfico 2

**Reuniões Efectuadas na 3ª Sessão Legislativa da III Legislatura, 2007/2008**



Na sessão legislativa de 2007/2008 foram apresentadas pelo Executivo dezassete propostas de lei, das quais onze foram aprovadas na generalidade e concluídos os respectivos trabalhos legislativos e votação na especialidade. A proposta de lei intitulada “Regime Geral das Relações de Trabalho”, que havia transitado da sessão legislativa anterior, viu os seus trabalhos legislativos de análise na especialidade concluídos e a votação na especialidade realizada com voto favorável do hemiciclo com o novo título de “Lei das Relações de Trabalho”.



Das leis apresentadas pelo Governo à Assembleia Legislativa e que no final da presente sessão legislativa, em 15 de Agosto de 2008, transitaram em fase de apreciação na especialidade para a sessão legislativa seguinte, constam designadamente as seguintes propostas:

- *"Princípios reguladores da contratação de trabalhadores não-residentes"*;
- *"Alteração à Lei n.º 3/2004, Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo"*;
- *"Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa"*;
- *"Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos"*;
- *"Disposições fundamentais do Estatuto de Pessoal de Direcção e Chefia"*;
- *"Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas"*; e
- *"Enquadramento das leis e dos regulamentos administrativos" (votada na generalidade no final da sessão legislativa de 2006/2007).*

Das propostas de lei apreciadas e votadas merece uma referência especial a referente à *"Lei do Orçamento de 2008"* (Lei n.º 7/2007), pelas competências específicas atribuídas pela Lei Básica à Assembleia Legislativa, nas matérias de examinar e aprovar o Orçamento Geral da RAEM antes de o mesmo ser posto em execução. A proposta de Orçamento foi antecedida da realização de dois plenários da AL, durante os quais o Senhor Chefe do Executivo teve a oportunidade de proferir uma Declaração sobre o relatório das *"Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2008"* e de participar numa sessão de perguntas e respostas sobre o mesmo relatório.

A apresentação e o debate em profundidade sobre o relatório das *"Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2008"*, que decorreu em doze sessões plenárias, revestiu-se de especial significado político e motivou uma intervenção muito participada dos Deputados, tendo em atenção a relevância das políticas públicas sectoriais e das prioridades de acção governativa traçadas no referido

relatório e reflectidas no Orçamento da RAEM, instrumento financeiro privilegiado de condução da política governamental.

Importa salientar ainda a presença do Senhor Chefe do Executivo em duas sessões plenárias extraordinárias da AL, realizadas em 22 de Abril e 14 de Agosto de 2008, a fim de responder a perguntas dos Deputados sobre a execução das linhas de acção governativa e assuntos sociais.

Na presente sessão legislativa, as três propostas de lei cujos trabalhos legislativos foram concluídos e objecto de votação na especialidade em Plenário no decurso do ano de 2007 foram as seguintes: "*Alteração das condições de atribuição da compensação pecuniária prevista no Decreto-Lei n.º 25/96/M, de 27 de Maio*" (Lei n.º 5/2007), "*Alteração ao regime jurídico do seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais*" (Lei n.º 6/2007) e "*Lei do Orçamento de 2008*" (Lei n.º 7/2007).

A primeira lei aprovada no ano de 2008, reportou à "*Actualização dos vencimentos e pensões dos trabalhadores da Administração Pública*" (Lei n.º 1/2008). Esta lei instituiu a actualização para \$ 5 900,00 patacas do valor do índice da tabela indiciária aplicada aos trabalhadores da administração pública, com efeitos práticos desde 1 de Janeiro de 2008, o que corresponde a um aumento de 7,273% em relação ao índice anterior de \$ 5 500,00 patacas, em vigência desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2007.

Por seu turno, a Lei n.º 2/2008, referente à "*Reestruturação de carreiras nas Forças e Serviços de Segurança*", veio consagrar num diploma legislativo um conjunto de disposições destinadas a dotar as Forças e Serviços de Segurança de Macau dos recursos humanos adequados às novas necessidades de desenvolvimento da sociedade, nomeadamente quanto ao número de efectivos, qualificação e motivação remuneratória dos mesmos.

A Lei n.º 3/2008, intitulada "*Proibição de venda em pirâmide por alterações à Lei n.º 6/96/M, de 15 de Julho*", veio aditar disposições jurídicas no diploma de base no sentido de prevenir e reprimir a ocorrência da actividade ilícita de venda em pirâmide, protegendo, assim, o normal funcionamento das actividades económicas e os legítimos direitos e interesses dos consumidores.

A Lei n.º 4/2008, intitulada "*Revogação das disposições de natureza processual e penal do Decreto-Lei n.º 27/99/M, de 28 de Junho*", teve por objectivo, segundo a opção política do Executivo da RAEM, retirar a qualidade de autoridade de polícia criminal e de órgão de polícia criminal à Direcção dos Serviços de Economia de modo a centralizar os poderes de órgão de polícia criminal nas autoridades policiais com funções de investigação criminal.

Por seu turno, a Lei n.º 5/2008, intitulada "*Revisão do Orçamento de 2008*", foi aprovada na generalidade e especialidade no mesmo dia, com reconhecimento do carácter de urgência (Deliberação n.º 4/2008/Plenário). A aprovação da mesma implicou a elevação do montante global das receitas e das despesas orçamentais do ano económico de 2008 para \$ 43 077 496 600,00, através dos reforços da rubrica de receita *Imposto especial sobre o jogo* e da rubrica de despesa *Dotação provisional*, pelo montante idêntico de \$ 2 100 000 000,00 patacas (dois mil e cem milhões de patacas).

A Lei n.º 6/2008, relativa ao "*Combate ao crime de tráfico de pessoas*", foi aprovada na Assembleia Legislativa tendo como objecto no seu Artigo 1.º: "A presente lei estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de tráfico de pessoas, consagra os direitos da vítima e adopta as medidas necessárias para a sua protecção e assistência".

A "*Lei das Relações de Trabalho*", votada na generalidade em 5 de Junho de 2007, foi aprovada na especialidade em 4 de Agosto de 2008, após a realização de múltiplas reuniões de trabalho e consultas públicas que implicaram alterações à versão inicial da proposta de lei, a última das quais apresentada pelo Governo da

RAEM em 25 de Julho de 2008. A lei estabelece o regime geral das relações de trabalho em 97 artigos e entra em vigor no dia 1 do próximo ano.

A proposta de lei "*Alteração da Tabela anexa ao Regulamento do Imposto de Consumo*", foi objecto primeiramente de um pedido de autorização de urgência, votado favoravelmente pela Deliberação n.º 6/2008/Plenário. A aprovação na generalidade e na especialidade ocorreu no mesmo Plenário, de 12 de Agosto de 2008. A lei aprovada altera a Tabela de produtos sujeitos a imposto de consumo, a que se refere o artigo 2.º do Regulamento do Imposto de Consumo, no sentido de em relação ao Grupo I – Cervejas, vinhos e equiparados e ao Grupo IV – Combustíveis e lubrificantes consagrar que não há produtos sujeitos a incidência real, ao contrário dos Grupos II – Bebidas espirituosas e III – Tabaco que mantêm as mesmas taxas de imposto.

A proposta de lei "*Alteração à Lei n.º 12/2000, Lei do Recenseamento Eleitoral*" mereceu a aprovação na especialidade no Plenário de 13 de Agosto de 2008, após o Governo da RAEM ter submetido uma versão alternativa à inicialmente apresentada. O âmbito do diploma aprovado, segundo o artigo 1.º, consiste no seguinte: "*A presente lei regula o processo do recenseamento eleitoral das pessoas singulares e colectivas*".

Por último, importa referir a aprovação em Plenário de 13/08/2008 (com a natureza de urgente) do projecto de lei "*Alteração do início da sessão legislativa*" que antecipa o início da 4.ª sessão legislativa para o dia 16 de Setembro do corrente ano, tendo em atenção a natureza e os prazos dos trabalhos legislativos em curso.

No domínio das competências próprias da Assembleia Legislativa importa mencionar a aprovação no Plenário de 9 de Janeiro de 2008 do projecto de Resolução designado de "*Apreciação do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2006*" (Resolução n.º 1/2008), após o desenvolvimento dos trabalhos e parecer da comissão permanente encarregada da sua apreciação.

De realçar também a apresentação das iniciativas legislativas dos Deputados referentes a dois projectos de lei "*Alteração à Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau*" e "*Alteração à Lei n.º 3/2000 – Da Legislatura e do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa*", projectos estes que por terem sido admitidos na última semana da presente sessão legislativa, transitam para efeitos de apreciação e votação para a sessão legislativa de 2008/2009.

Na presente sessão legislativa, foram efectuadas 339 *interpeleções por escrito* por iniciativa de 13 Deputados e 24 *interpeleções orais* por iniciativa de 9 Deputados sobre as acções do Governo, conforme discriminação individual que se encontra efectuada no Quadro V, em Anexo II. Na sessão anterior haviam-se registado 316 *interpeleções por escrito* por iniciativa de 16 Deputados e 24 *interpeleções orais* por iniciativa de 8 Deputados.

De sublinhar que se observou, de novo, um significativo acréscimo de *interpeleções por escrito* sobre a Acção Governativa, quer em relação à sessão legislativa anterior (316 *interpeleções*) quer sobretudo em relação à sessão legislativa de 2005/2006 (265 *interpeleções*). Trata-se de uma forma de intervenção política cada vez mais utilizada pelos Deputados da Assembleia Legislativa (com uma média da ordem de 34 *interpeleções* por mês), consagrada no Artigo 76.º da Lei Básica da RAEM, e que exige da parte do Governo da RAEM ou dos seus representantes uma resposta fundamentada, de igual modo escrita, às questões formuladas.

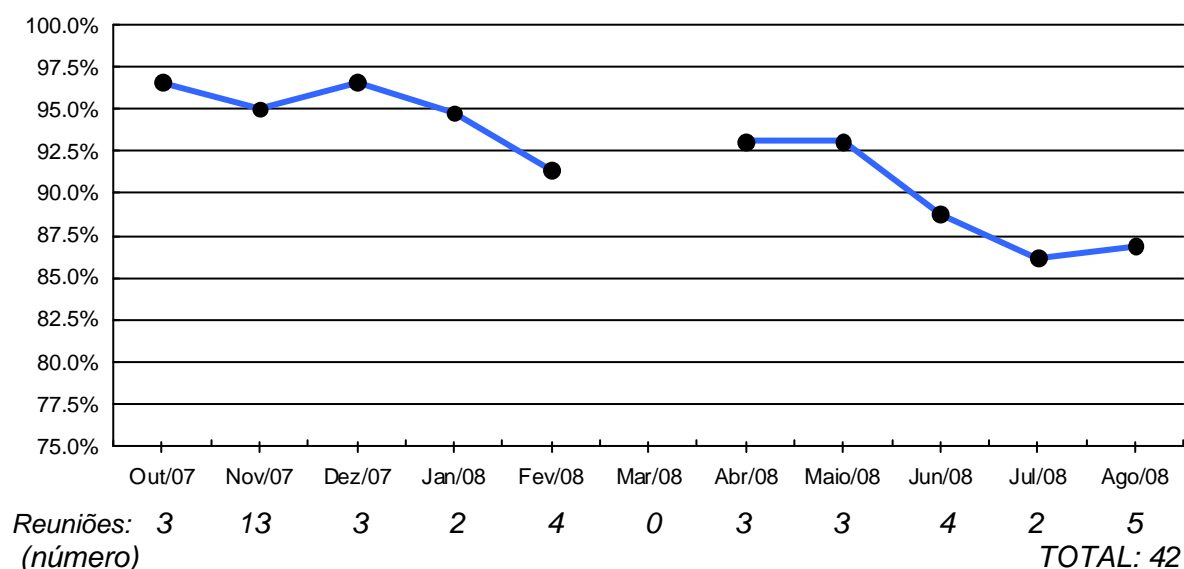
As 24 *interpeleções sob a forma oral sobre a Acção Governativa*, subscritas por 7 Deputados em nome individual e por 2 Deputados em nome colectivo, deram origem à realização de 4 sessões plenárias com a presença de diferentes representantes do Executivo da RAEM, conforme as áreas de governação abrangidas pelas matérias objecto de interpeleção.

Por outro lado, no decurso das sessões plenárias foi utilizado o período de *intervenções de antes da ordem do dia* por 23 Deputados (22 oradores e 23 subscritores) num total de 239 *intervenções* (202 na sessão legislativa anterior), durante o qual foram expostos assuntos de carácter político, social, económico, cultural, administrativo ou outros considerados interesse público para a Região Administrativa Especial de Macau.

A actividade legislativa, inerente a um total de 42 reuniões plenárias realizadas na sessão legislativa de 2007/2008, foi acompanhada por uma elevada participação activa dos Deputados, tendo a taxa média de assiduidade aos Plenários se situado no valor expressivo de 93% (Gráfico 3), valor este idêntico ao verificado na sessão legislativa anterior.

Gráfico 3

Assiduidade às Reuniões Plenárias na Sessão Legislativa 2007/2008



### 3. REUNIÕES E OUTROS TRABALHOS DAS COMISSÕES

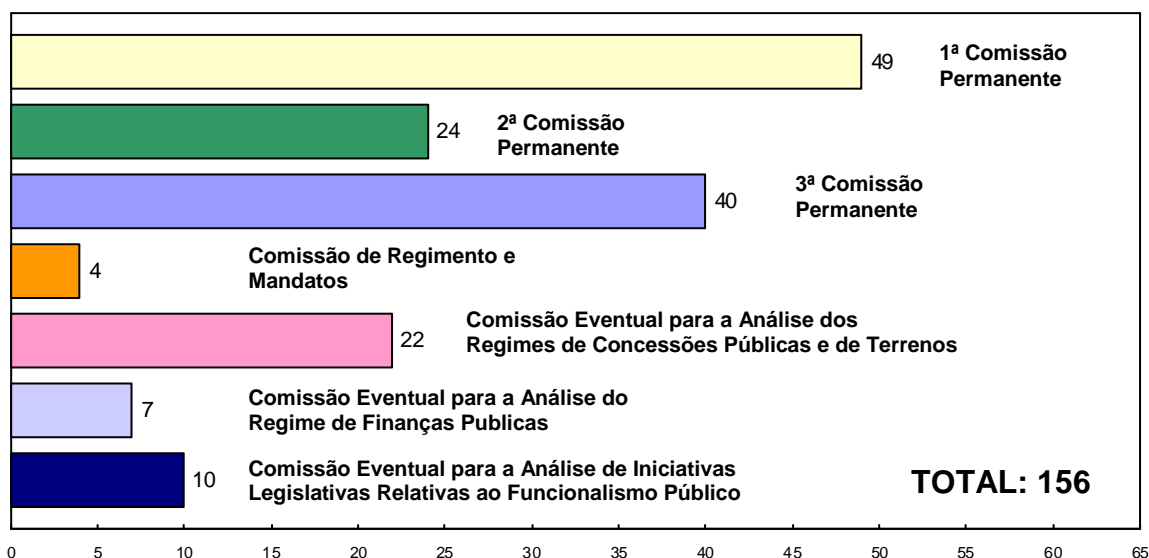
O balanço global das reuniões das Comissões realizadas na sessão legislativa de 2007/2008, revela um total de 156 reuniões, o que representa um significativo

incremento de actividade em comparação com a sessão legislativa anterior que havia registado um total de 85 reuniões. Este acréscimo no total de reuniões das Comissões da AL é o resultado sobretudo do maior volume de produção legislativa, alguma dela de natureza mais extensa e/ou complexa do que o habitual, e também da constituição de uma terceira comissão eventual com a designação de “Comissão Eventual para a Análise de Iniciativas Legislativas Relativas ao Funcionalismo Público”, com actividades iniciadas em Julho de 2008.

No decorrer da 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da III Legislatura, realizaram-se 113 reuniões por parte das três Comissões Permanentes (56 na sessão anterior) e 4 reuniões por parte da Comissão de Regimento e Mandatos (7 na sessão legislativa anterior). As três Comissões Eventuais da AL registaram um total de 39 reuniões (22 reuniões das 2 Comissões Eventuais na sessão anterior).

Gráfico 4

**Reuniões Efectuadas pelas Comissões na Sessão Legislativa de 2007/2008**



Os trabalhos legislativos no seio das Comissões Permanentes permitiram uma análise aprofundada dos diplomas objecto de apreciação na especialidade, tendo os mesmos culminado em pareceres emitidos pelas Comissões designadas

para o efeito, com excepção em relação aos sete diplomas anteriormente mencionados e cujos trabalhos de apreciação na especialidade transitam para a próxima sessão legislativa, com a particularidade de a mesma ter sido antecipada (no seu começo) para 16 de Setembro de 2008.

O processo de apreciação na especialidade, quando julgado conveniente, foi objecto de diálogo com representantes do Executivo e de auscultação de opiniões ou sugestões escritas de outras entidades ou do público em geral.

A Comissão de Regimento e Mandatos desenvolveu os seus trabalhos no sentido de apreciar o cabimento regimental da proposta de audição sobre *o sistema de metro ligeiro* apresentada pelos Deputados Au Kam San e Ng Kuok Cheong, tendo a mesma sido posteriormente colocada a votação em Plenário de 27/02/2008 e objecto de não aprovação pelos Deputados.

No seguimento da solicitação dos Deputados Au Kam San e Ng Kuok Cheong, teve lugar em 7 de Abril de 2008 uma sessão informal, sem debate, de apresentação de questões relacionadas com a construção do *sistema de metro ligeiro* por parte de representantes do Governo da RAEM.

A constituição da terceira comissão eventual, designada de "Comissão Eventual para a Análise de Iniciativas Legislativas relativas ao Funcionalismo Público" partiu da iniciativa dos Deputados Leonel Alberto Alves, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Ho Teng Iat e Iong Weng Ian. Apesar de ter sido aprovada a sua constituição somente no final de Junho de 2008, a actividade da comissão tem sido bastante dinâmica a avaliar pelo número de reuniões efectuadas: sete no mês de Julho e três nos primeiros quinze dias de Agosto.

Entretanto, prosseguiram os trabalhos desenvolvidos no seio da "Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos" e da "Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas", tendo para os devidos progressos das matérias objecto de análise os membros das comissões

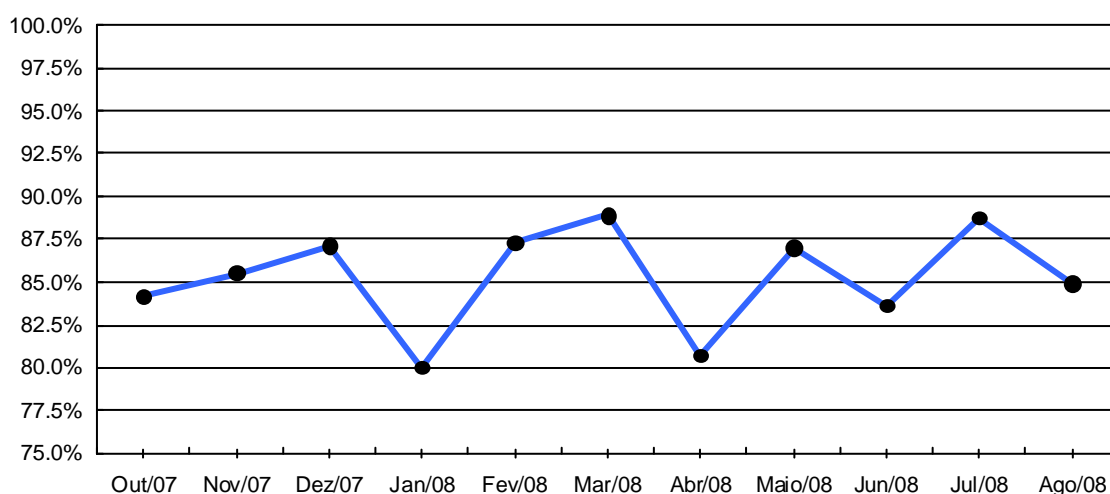


eventuais contado com a presença de representantes do Governo em reuniões realizadas na AL. De notar que apesar de não terem ainda sido alcançados resultados finais, foram já produzidos, em ambos os casos, relatórios intercalares ou parciais susceptíveis de esclarecem o público sobre os trabalhos desenvolvidos, em curso e prospectivos.

O funcionamento destas três Comissões Eventuais sobrecarregou a participação dos Deputados nas reuniões de Comissões decorrentes dos trabalhos legislativos permanentes e dos trabalhos legislativos eventuais, conforme se depreende da observação do registo estatístico de presenças constante no quadro IV do anexo II.

Gráfico 5

**Assiduidade às Reuniões das Comissões na Sessão Legislativa de 2007/2008**



Reuniões: 15    9    22    18    7    2    14    10    19    28    12  
 (número) Total: 156

A taxa média de assiduidade dos Deputados às 156 reuniões realizadas pelas Comissões da AL na sessão legislativa de 2007/2008 (incluindo as reuniões das comissões eventuais) situou-se em 85% (Gráfico 5), valor este ligeiramente inferior registado ao registado na sessão legislativa anterior (88%), mas ainda assim revelador do seu elevado empenhamento participativo nos trabalhos das Comissões.

Por último, importa salientar que, à semelhança do verificado em anos anteriores, a actividade dos Deputados na presente sessão legislativa, a nível da sua contribuição individual para os trabalhos legislativos, pode ser apreciada nos quadros 4 e 5 em Anexo II ao presente relatório de actividades.

#### **4. RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS E ACÇÕES DE FORMAÇÃO**

Em 31 de Julho de 2008, exerciam funções nos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa um total de 63 trabalhadores (57 em período homólogo da sessão legislativa anterior).

Por seu turno, a despesa paga com o funcionamento da Assembleia Legislativa desde 1 de Janeiro até 31 de Julho de 2008, totaliza o valor de 32,84 milhões de patacas (28,16 milhões de patacas, no período homólogo de 2007), o que corresponde a um crescimento anual da despesa de 14,3 por cento.

No final de Julho de 2008, a taxa de execução orçamental é de 56,6% em relação ao Orçamento inicial de 58 milhões de patacas e de 48,9% em relação ao Orçamento corrigido de 67,14 milhões de patacas (após o apuramento do 2.º orçamento suplementar).

Na presente sessão legislativa, a formação dos recursos humanos da Assembleia Legislativa continuou a merecer a melhor atenção por parte da Mesa da AL. Em particular, os quadros dirigentes, a assessoria e os funcionários administrativos e técnico-profissionais dos Serviços de Apoio da AL, estiveram envolvidos nomeadamente nos seguintes cursos, seminários ou outras acções de formação:

- Conferência "Correcta Interpretação e Implementação da Lei Básica de Macau" (organização conjunta da Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau, Centro de Estudos de Direito de Hong Kong, Macau e Taiwan da Universidade de Pequim, Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça,

Instituto para os Assuntos Cívicos e Direcção de Serviços de Educação e Juventude; Macau);

- Mestrado Profissional em Administração Pública da RAEM (Universidade de Pequim, Instituto Nacional de Administração, Instituto Politécnico de Macau (IPM) e Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP); Macau);
- Conferência "The 13th Ace Asian Casinos Executive Summit 2008" (Terrapinn Pte Ltd, Singapore);
- Sessão de Esclarecimento sobre a Revisão da Lei do Recenseamento Eleitoral, da Lei eleitoral para o Chefe do Executivo e da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa (SAFP, MACAU);
- Segundo Curso de Formação Inicial de Arbitragem (Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), Macau);
- Seminário sobre "Direitos Fundamentais" (CFJJ, Macau);
- Palestra sobre "Lei de Protecção de Dados Pessoais" (CFJJ, Macau);
- Seminário sobre "A Experiência da Prática Judicial no Interior da China" (CFJJ, Macau);
- Curso sobre "Regime de Administração Financeira Pública" (CFJJ, Macau);
- Colóquio sobre "Aperfeiçoamento do Regime Jurídico da Função Pública e Consolidação da Preponderância do Poder Executivo" (SAFP, Macau);
- Programa de estudos sobre "A Mudança e o Comprometimento" (Instituto de Administração de Cantão, Cantão);
- Workshop sobre "Uma Conduta Íntegra no Processo de Aquisição de Bens e Serviços (CCAC e SAFP, Macau);
- Palestra sobre "Criminalidade Informática e Protecção das Infra-estruturas Fundamentais" (SAFP, Macau);
- Programa sobre "Eficiência e conservação de energia para os serviços e organismos públicos" (SAFP, Macau); e
- Outros cursos ou acções de formação organizados pelos SAFP, em Macau, nomeadamente, "Curso de Optimização de Circuitos" e "Curso de Formação para os Utilizadores do Sistema de Emissão e Recepção de Documentos Oficiais Electrónicos (eDocX)".

## **5. PUBLICAÇÕES E OUTRAS ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E FORMAÇÃO DO DIREITO APLICÁVEL NA RAEM DE INICIATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Conforme o instituído no Regimento da Assembleia Legislativa sobre a obrigatoriedade de publicidade dos actos do Órgão Legislativo da RAEM, deu-se seguimento na presente sessão legislativa à publicação dos Diários da Assembleia Legislativa: I Série (intervenções em sessão plenária) e II Série (outros actos publicáveis da AL).

A Assembleia Legislativa prosseguiu a tarefa de dar continuidade à Colectânea de Leis Penais Avulsas, com a disponibilização da obra intitulada "Prevenção e repressão dos crimes de terrorismo". De igual modo, na presente sessão legislativa, a AL tomou a iniciativa de publicar de uma segunda edição (revista e actualizada) do Código do Processo Civil, inserido na Colectânea Sobre os Grandes Códigos.

No decurso da sessão legislativa de 2007/2008, merece um apontamento muito especial a realização de duas acções de divulgação do direito em vigor na RAEM organizadas pela Assembleia Legislativa e que decorreram ambas no Edifício da AL.

A primeira acção formativa consistiu na realização, em 25 de Outubro de 2007, de uma Conferência intitulada "Um País, Dois Sistemas e a Lei Básica de Macau", proferida pelo ilustre Professor Doutor Wang Zhen-min, Membro do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e das comissões das Leis Básicas das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau. O texto desta Conferência foi objecto de uma publicação editada pela Assembleia Legislativa e inserida na Colectânea de Textos de Conferências / Seminários da Assembleia Legislativa.

A segunda acção formativa e de divulgação do direito aplicável na RAEM, consi na realização nos dias 23, 24 e 25 de Janeiro de 2008, das “Primeiras Jornadas de Direito e Cidadania da Assembleia Legislativa de Macau – Direito Processual Penal – Estado Presente e Perspectivas de Evolução”. As referidas Jornadas contaram com a participação de conceituados e eminentes especialistas em direito processual penal do mundo académico ou jurídico profissional de Macau, Hong Kong, China do interior, Portugal e Reino Unido.

## **6. RELAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM O EXTERIOR**

No decurso da presente sessão legislativa, foram concedidas diversas audiências por parte da Senhora Presidente da Assembleia Legislativa, ou do Senhor Vice-Presidente em sua substituição, aos representantes do corpo diplomático acreditado nas Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau, da República Popular da China, designadamente, por ordem cronológica, do Cônsul-Geral da Austrália, do Cônsul-Geral do Paquistão e do Cônsul-Geral da Roménia.

De referir as visitas efectuadas à Senhora Presidente da Assembleia Legislativa por parte do Senhor Lu Shumin, novo Comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na RAEM e do Senhor Wan Yongxiang, Comissário do mesmo Ministério que cessou funções em Macau e apresentou as suas despedidas formais.

Acresce ainda as visitas à Senhora Presidente da Assembleia Legislativa por parte do Senhor Yang Chonghui, Secretário-Geral da Comissão Permanente do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e do Senhor Jiang Yiren, Presidente do Comité da Conferência Consultiva Política Chinesa de Shanghai.

O dia da abertura do Edifício da Assembleia Legislativa ao Público foi assinalado em 12 de Julho de 2008, tendo sido proporcionado aos visitantes

nomeadamente uma exposição fotográfica sobre as actividades da Assembleia Legislativa, a divulgação das publicações de Direito da RAEM de iniciativa da AL, visitas guiadas ao Edifício e um conjunto de actuações musicais por parte dos Alunos da Escola de Música do Conservatório de Macau e da Banda de Música do Corpo de Polícia de Segurança Pública.

À semelhança de anos anteriores, durante a sessão legislativa de 2007/2008, a Assembleia Legislativa prosseguiu um conjunto de contactos sistemáticos com os órgãos de comunicação social, tendo em vista a divulgação ampla, continuada e atempada dos trabalhos legislativos, importando registar com apreço, nesta matéria, o importante contributo da comunicação social para uma melhor percepção por parte dos residentes de Macau do significado e importância das actividades do órgão legislativo da RAEM. Em particular, as transmissões directas operadas por via electrónica das sessões plenárias com a presença do Senhor Chefe do Executivo, a propósito das Linhas de Acção Governativa e sessões de perguntas e respostas com os Deputados, constituíram uma excelente forma de divulgação de parte das actividades legislativas desenvolvidas no hemiciclo.

## **7. DIREITO DE PETIÇÃO, ATENDIMENTO AO PÚBLICO E DIVULGAÇÃO NA INTERNET**

De acordo com Resolução n.º 6/2000, a Assembleia Legislativa continuou a disponibilizar, de forma escalonada, o serviço de atendimento ao público por parte dos Deputados. Neste âmbito, de 16 de Outubro de 2007 até 15 de Agosto de 2008, foram efectuados 25 contactos presenciais de residentes de Macau com os Deputados escalonados para o efeito (45 na sessão legislativa anterior). No mesmo período, foram atendidas diversas solicitações de residentes de Macau – por telefone ou correio electrónico - sobre questões relacionadas com as competências ou os trabalhos legislativos da AL.

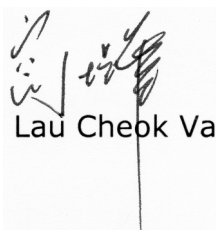
De assinalar que na presente sessão legislativa foram admitidas, apreciadas e objecto de relatório por parte das Comissões da Assembleia Legislativa cinco

*petições* formuladas ao abrigo da Lei n.º 5/94/M, de 1 de Agosto (Exercício do Direito de Petição). As *petições* envolveram os trabalhos seguintes:

- 1.ª Comissão Permanente - Relatório n.º 1/III/2008 respeitante a duas *petições* relativas ao Artigo 16.º (isenção de taxas e de impostos sobre publicidade e propaganda) da proposta de Lei do Orçamento de 2008;
- 2.ª Comissão Permanente – Relatório n.º 1/III/2008 respeitante a 1 *petição* propondo a alteração à Lei n.º 5/1999;
- 3.ª Comissão Permanente – Relatório n.º 1/III/2008 respeitante a 1 *petição* relativa à revogação de preceitos da Lei n.º 10/2000;
- 3.ª Comissão Permanente – Relatório n.º 2/III/2008 respeitante a 1 *petição* relativa ao regime legal de trabalho parcial.

Por seu turno, na página electrónica da Assembleia Legislativa prosseguiram as acções de divulgação de um conjunto de informações sobre o Estatuto, Competências e Atribuições do órgão legislativo da RAEM e relativas à composição dos Órgãos e Comissões da Assembleia Legislativa, referentes à 3.ª Sessão Legislativa da III Legislatura. De igual modo, foram continuadas as acções de divulgação dos trabalhos legislativos, dos diplomas na fase de apreciação na especialidade e respectivos pareceres das Comissões, da agenda diária da AL e das publicações do Diário da Assembleia Legislativa ou de outras publicações de iniciativa editorial da AL. A Assembleia Legislativa continua a disponibilizar aos residentes de Macau, por via do correio electrónico ou por correio normal, a faculdade de exporem as suas opiniões ou sugestões em relação aos diplomas legislativos em apreciação, bem assim como a de apresentarem questões práticas no domínio do Direito. O presente Relatório de Actividades, à semelhança de anos anteriores, será objecto de divulgação na página electrónica da Assembleia Legislativa.

O Vice-Presidente da Assembleia Legislativa



Lau Cheok Va

附件一 ANEXO I

澳門特別行政區立法會各機關及委員會的組成  
第三屆立法會  
第三立法會期 (2007/2008)

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS E COMISSÕES DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA RAEM  
III LEGISLATURA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA (2007/2008)

主席 PRESIDENTE

曹其真 Susana Chou

副主席 VICE-PRESIDENTE

劉焯華 Lau Cheok Va

執行委員會

MESA

主席	Presidente	-	曹其真	Susana Chou
副主席	Vice-Presidente	-	劉焯華	Lau Cheok Va
第一秘書	1º Secretário	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
第二秘書	2º Secretário	-	高開賢	Kou Hoi In

行政委員會

CONSELHO ADMINISTRATIVO

主席	Presidente	-	賀定一	Ho Teng Iat
成員	Membro	-	施明蕙	Celina Silva Dias Azedo
成員	Membro	-	楊瑞茹	Ieong Soi U

章程及任期委員會

COMISSÃO DE REGIMENTO E MANDATOS

主席	Presidente	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
秘書	Secretária	-	梁玉華	Leong Iok Wa
委員	Membro	-	高開賢	Kou Hoi In
委員	Membro	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	容永恩	Iong Weng Ian
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San
委員	Membro	-	沈振耀	Sam Chan Io



### 第一常設委員會

#### 1ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	關翠杏	Kwan Tsui Hang
秘書	Secretária	-	容永恩	Iong Weng Ian
委員	Membro	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
委員	Membro	-	周錦輝	Chow Kam Fai David
委員	Membro	-	吳國昌	Ng Kuok Cheong
委員	Membro	-	陳澤武	Chan Chak Mo
委員	Membro	-	吳在權	Ung Choi Kun
委員	Membro	-	李沛霖	Lei Pui Lam
委員	Membro	-	崔世平	Chui Sai Peng José

### 第二常設委員會

#### 2ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	馮志強	Fong Chi Keong
秘書	Secretário	-	沈振耀	Sam Chan Io
委員	Membro	-	梁慶庭	Leong Heng Teng
委員	Membro	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
委員	Membro	-	徐偉坤	Tsui Wai Kwan
委員	Membro	-	梁玉華	Leong Iok Wa
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San
委員	Membro	-	劉本立	Lao Pun Lap
委員	Membro	-	陳明金	Chan Meng Kam

### 第三常設委員會

#### 3ª COMISSÃO PERMANENTE

主席	Presidente	-	鄭志強	Cheang Chi Keong
秘書	Secretário	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	高開賢	Kou Hoi In
委員	Membro	-	賀定一	Ho Teng Iat
委員	Membro	-	張立群	Vitor Cheung Lup Kwan
委員	Membro	-	楊道匡	Ieong Tou Hong
委員	Membro	-	高天賜	José Maria Pereira Coutinho
委員	Membro	-	梁安琪	Leong On Kei
委員	Membro	-	李從正	Lee Chong Cheng

**分析《土地及公共批給制度》的臨時委員會**  
**COMISSÃO EVENTUAL PARA A ANÁLISE DOS REGIMES DE**  
**CONCESSÕES PÚBLICAS E DE TERRENOS**

主席	Presidente	-	高開賢	Kou Hoi In
秘書	Secretário	-	李從正	Lee Chong Cheng
委員	Membro	-	歐安利	Leonel Alberto Alves
委員	Membro	-	梁慶庭	Leong Heng Teng
委員	Membro	-	馮志強	Fong Chi Keong
委員	Membro	-	關翠杏	Kwan Tsui Hang
委員	Membro	-	吳國昌	Ng Kuok Cheong
委員	Membro	-	徐偉坤	Tsui Wai Kwan
委員	Membro	-	吳在權	Ung Choi Kun
委員	Membro	-	崔世平	Chui Sai Peng José
委員	Membro	-	沈振耀	Sam Chan Io

**分析《公共財政制度》的臨時委員會**  
**COMISSÃO EVENTUAL PARA A ANÁLISE DO REGIME DE**  
**FINANÇAS PÚBLICAS**

主席	Presidente	-	容永恩	Iong Weng Ian
秘書	Secretário	-	陳澤武	Chan Chak Mo
委員	Membro	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
委員	Membro	-	梁玉華	Leong Iok Wa
委員	Membro	-	鄭志強	Cheang Chi Keong
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San
委員	Membro	-	楊道匡	Ieong Tou Hong
委員	Membro	-	高天賜	José Maria Pereira Coutinho
委員	Membro	-	梁安琪	Leong On Kei
委員	Membro	-	陳明金	Chan Meng Kam

**分析公職制度法案的臨時委員會**  
**COMISSÃO EVENTUAL PARA A ANÁLISE DE INICIATIVAS**  
**LEGISLATIVAS RELATIVAS AO FUNCIONALISMO PÚBLICO**

主席	Presidente	-	沈振耀	Sam Chan Io
秘書	Secretário	-	許輝年	Philip Xavier
委員	Membro	-	崔世昌	Chui Sai Cheong
委員	Membro	-	梁玉華	Leong Iok Wa
委員	Membro	-	區錦新	Au Kam San
委員	Membro	-	吳在權	Ung Choi Kun
委員	Membro	-	高天賜	José Maria Pereira Coutinho

## ANEXO II

### QUADRO I

#### LEIS APROVADAS NA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA da III LEGISLATURA, 2007/2008

Lei Nº	Designação da Proposta ou do Projecto de Lei	Aprovação em Plenário (votação na especialidade)	Publicação	
			B.O. Nº	Data
5/2007	Proposta de lei intitulada "Alterações ao Decreto-Lei n.º 25/96/M, de 27 de Maio"; reintitulada "Alteração das condições de atribuição da compensação pecuniária prevista no Decreto-Lei n.º 25/96/M, de 27 de Maio".	06/12/2007	51	17/12/2007
6/2007	Proposta de lei intitulada "Alteração ao regime jurídico do seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais".	06/12/2007	51	17/12/2007
7/2007	Proposta de lei intitulada "Lei do Orçamento de 2008"	18/12/2007	53	31/12/2007
1/2008	Proposta de lei intitulada "Actualização dos vencimentos e pensões dos trabalhadores da Administração Pública".	27/02/2008	9	03/03/2008
2/2008	Proposta de lei intitulada "Reestruturação de carreiras nas Forças e Serviços de Segurança".	09/04/2008	16	21/04/2008
3/2008	Proposta de lei intitulada "Alterações à Lei n.º 6/96/M, de 15 de Julho"; reintitulada "Proibição de venda em pirâmide por alterações à Lei n.º 6/96/M, de 15 de Julho".	06/05/2008	20	19/05/2008
4/2008	Proposta de lei intitulada "Revoga disposições legais relacionadas com a qualidade de autoridade da polícia criminal e de órgão de polícia criminal no âmbito da Direcção dos Serviços de Economia"; reintitulada "Revogação das disposições de natureza processual e penal do Decreto-Lei n.º 27/99/M, de 28 de Junho".	20/05/2008	22	02/06/2008
5/2008	Proposta de lei intitulada "Modificação do Orçamento de 2008"; reintitulada "Revisão do Orçamento de 2008".	30/05/2008	22	02/06/2008
6/2008	Proposta de lei intitulada "Combate ao crime do tráfico de pessoas" <u>Rectificação</u> em 30/06/2008 - BO n.º 27, de 07/07/2008).	12/06/2008	25	23/06/2008
7/2008	Proposta de lei intitulada "Regime Geral das Relações de Trabalho"; reintitulada "Lei das Relações de Trabalho".	05/08/2008	33	18/08/2008
	Proposta de lei intitulada "Alteração da Tabela anexa ao Regulamento do Imposto de Consumo"	12/08/2008		
	Proposta de lei intitulada "Alteração à Lei n.º 12/2000, Lei do Recenseamento Eleitoral".	13/08/2008		
	Projecto de lei intitulado "Alteração do início da sessão legislativa"	13/08/2008		

#### NOTAS:

(a) O projecto de lei intitulado "Alteração à Lei n.º 11/2003, de 28 de Julho",

subscrito pelos deputados Ng Kuok Cheong e Au Kam Sam, não foi aprovado no Plenário de 27/02/2008.

(b) No termo da sessão legislativa de 2007/2008, transitam em fase de apreciação na Assembleia Legislativa

sete propostas de lei e dois projectos de lei, designadamente as seguintes:

\* Proposta de lei intitulada "Princípios reguladores da contratação de trabalhadores não-residentes;

\* Proposta de lei intitulada "Enquadramento das leis e dos regulamentos administrativos";

\* Proposta de lei intitulada "Alteração à Lei n.º 3/2004, Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo";

\* Proposta de lei intitulada "Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa";

\* Proposta de lei intitulada "Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos";

\* Proposta de lei intitulada "Disposições fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia";

\* Proposta de lei intitulada "Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas"; e

\* Projecto de lei "Alteração à Lei Orgânica da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau".

\* Projecto de lei "Alteração à Lei n.º 3/2000 - Da Legislação e do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa".

**QUADRO II**  
**RESOLUÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIO**  
**NA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2007/2008**

Resolução Nº	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação	
			B.O. Nº	Data
01/2008	Apreciação do "Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2006"	09/01/2008	4	28/01/2008

**QUADRO III**  
**SIMPLES DELIBERAÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIO #**  
**NA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2007/2008**

Deliberação do Plenário Nº	Designação	Aprovação em Plenário	Publicação	
			B.O. Nº	Data
05/2007	Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2008 # #	23/10/2007	I - 44	29/10/2007
01/2008	Relatório e Conta de Gerência da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2007	09/04/2008	I - 15	14/04/2008
02/2008	Primeiro Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2008	09/04/2008	I - 15	14/04/2008
03/2008	Segundo Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2008	20/05/2008	I - 23	09/06/2008
04/2008	O processo de urgência relativamente à proposta de lei intitulada "Revisão do Orçamento de 2008"	30/05/2008	..	..
05/2008	Constituição da Comissão Eventual para a Análise de Iniciativas Legislativas relativas ao Funcionalismo Público	30/06/2008	II - 28	09/07/2008
06/2008	O processo de urgência relativamente à proposta de lei intitulada "Alteração da Tabela anexa ao Regulamento do Imposto de Consumo"	12/08/2008	..	..
07/2008	O processo de urgência relativamente ao projecto de lei intitulado "Alteração do início da sessão legislativa"	12/08/2008	..	..

*Notas* : # O projecto de deliberação do Plenário relativo à proposta de audição sobre o sistema de metro ligeiro, apresentado pelos Deputados Au Kam San e Ng Kuok Cheong, foi objecto de votação e de não aprovação no Plenário de 27 de Fevereiro de 2008.

# # Posto em execução, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2008, pela Deliberação n.º 01/2008/Mesa da AL, publicada no Boletim Oficial n.º 3/2008 da RAEM, de 21/01/2008.

**QUADRO IV**

**PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS NA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2007/2008**

**Presenças dos Deputados nas Reuniões de Plenário e nas Comissões**

*Período: de 16 de Outubro de 2007 a 15 de Agosto de 2008*

Deputados	Plenários	Comissões Permanentes			Comissão de Regimentos e Mandatos	Comissão Eventual para a Análise dos Regimes de Concessões Públicas e de Terrenos	Comissão Eventual para a Análise do Regime de Finanças Públicas	Comissão Eventual para a Análise de Iniciativas Legislativas Relativas ao Funcionalismo Público
		1ª	2ª	3ª				
Susana Chou	40							
Lau Cheok Va	37							
Leonel Alberto Alves	38	36				9		
Kou Hoi In	42			38	4	22		
Chui Sai Cheong	37		17		3		5	9
Leong Iok Wa	42		23		4		7	10
Philip Xavier	38			38	4		2	7
Iong Weng Ian	42	49			4		7	
Au Kam San	42		24		4		7	10
Sam Chan Io	42		24		4	21		10
Kwan Tsui Hang	42	49				21		
Chow Kam Fai David	26	12						
Ng Kuok Cheong	42	48				22		
Chan Chak Mo	36	42					6	
Ung Choi Kun	42	43				20		10
Lei Pui Lam	42	48						
Chui Sai Peng José	28	42				16		
Fong Chi Keong	36		23			1		
Leong Heng Teng	42		21			20		
Tsui Wai Kwan	40		21			20		
Lao Pun Lap	40		19					
Chan Meng Kam	42		21				6	
Cheang Chi Keong	42			40			5	
Ho Teng Iat	34			36				
Vitor Cheung Lup Kwan	30			2				
Ieong Tou Hong	42			39			7	
José Maria Pereira Coutinho	42			39			7	10
Leong On Kei	38			31			7	
Lee Chong Cheng	42			40		22		
<b>TOTAIS</b>	<b>42</b>	<b>49</b>	<b>24</b>	<b>40</b>	<b>4</b>	<b>22</b>	<b>7</b>	<b>10</b>

\* O registo de presenças dos deputados nos Plenários foi objecto de rectificação no que diz respeito ao deputado Chan Meng Kam.

**QUADRO V**  
**PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS NA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA III LEGISLATURA, 2007/2008**  
**Intervenções no período antes da ordem do dia e Interpelações escritas e orais**

*Período: de 16 de Outubro de 2007 a 15 de Agosto de 2008*

Deputados	Intervenções no período de antes da ordem do dia		Interpelações escritas		Interpelações orais
	Oradores	Subscritores	Individuais	Colectivas	Subscritores
Susana Chou	0	0			
Lau Cheok Va	0	0			
Leonel Alberto Alves	0	0			
Kou Hoi In	3	7		1* (b)	
Chui Sai Cheong	2	4			
Leong Iok Wa	20	20	33 + 2*		2
Philip Xavier	0	0			
Iong Weng Ian	11	14	22 + 5*		
Au Kam San	21	21	41 + 8*		4
Sam Chan Io	0	0			
Kwan Tsui Hang	21	21	44		2
Chow Kam Fai David	3	3			
Ng Kuok Cheong	21	21	41 + 8*		4
Chan Chak Mo	4	5			
Ung Choi Kun	15	15	15 + 2*	4 (a)	2 (c)
Lei Pui Lam	4	4			
Chui Sai Peng José	9	9	4		
Fong Chi Keong	7	7			
Leong Heng Teng	10	12	19 + 2*		4
Tsui Wai Kwan	12	12	4		
Lao Pun Lap	4	5			
Chan Meng Kam	19	21	37 + 8*	4 (a)	2 (c)
Cheang Chi Keong	0	6		1* (b)	
Ho Teng Iat	4	6		1* (b)	
Vitor Cheung Lup Kwan	0	0			
Ieong Tou Hong	5	7			
José Maria Pereira Coutinho	13	13	36 + 9*		4
Leong On Kei	17	17	14 + 2*		
Lee Chong Cheng	14	14	25 + 4*		2
<b>TOTAIS</b>	239	264	335 + 50*	4 + 1*	24

**Notas:**

- \* Interpelações efectuadas no período de férias legislativas, de 16 de Agosto a 15 de Outubro de 2007. (não incluídas no Relatório de Actividades da Assembleia Legislativa da sessão legislativa de 2006/2007).
- (a) Interpelações por escrito subscritas por dois Deputados.
- (b) Interpelações por escrito subscritas por três Deputados.
- (c) Interpelação oral subscrita por dois Deputados.